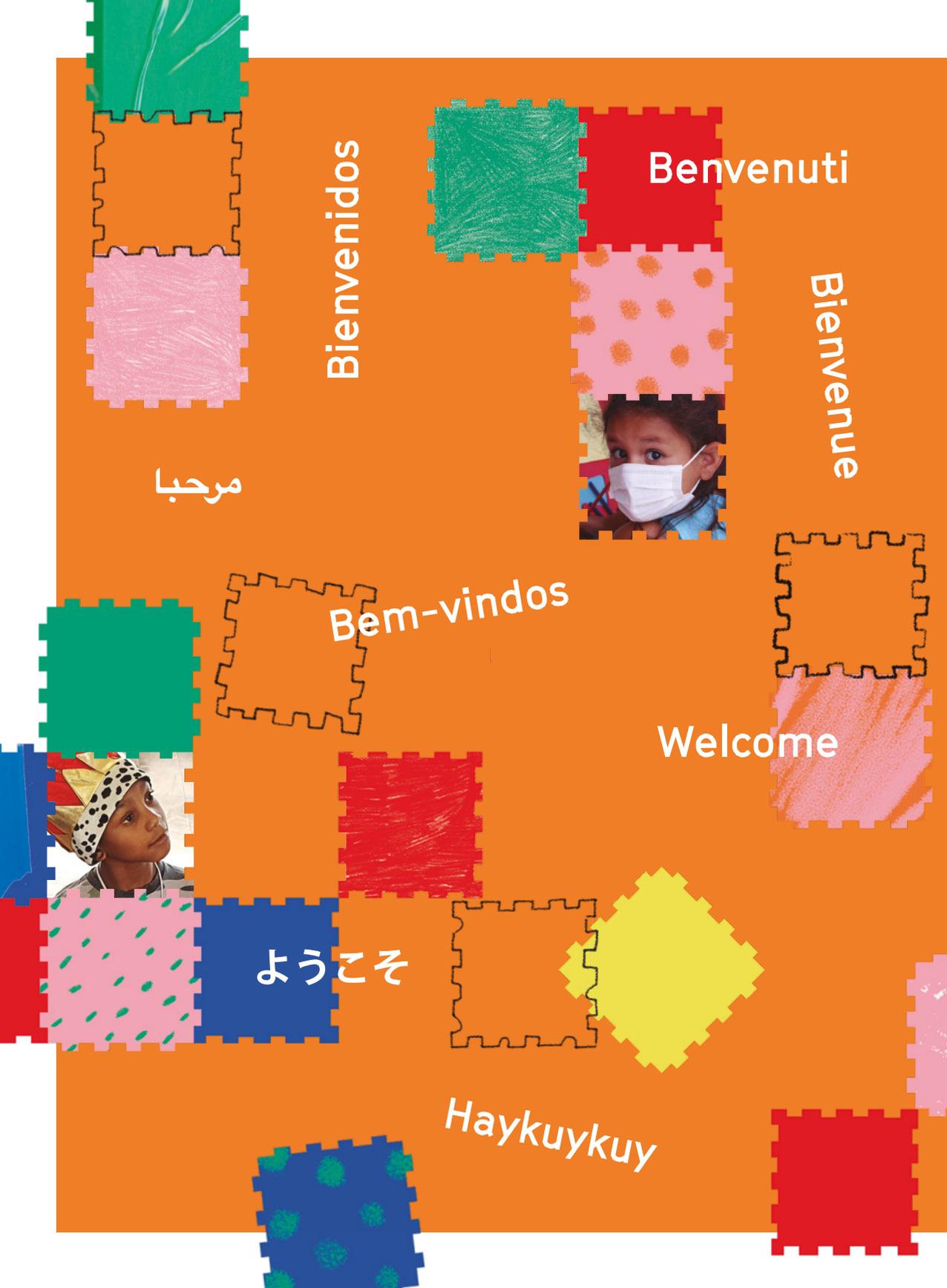


CDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante

LIVRO DAS TENDAS

A vibrant, stylized illustration on a green background. The title 'LIVRO DAS TENDAS' is written in large, bold, black letters across the center. The letters are being assembled from colorful, interlocking blocks: 'LIVRO' is on a pink block, 'DAS' is on a red block, and 'TENDAS' is on a yellow block. Several children are shown interacting with the blocks and the text. A child with curly hair is on the left, another child with a yellow hat is on the top right, and a child with a braid is on the bottom right. Various drawing tools like crayons and markers are scattered around the blocks. A red banner with blue diamond patterns is at the top left, and a yellow brush is on the right. The overall style is colorful and child-friendly.

Um diálogo
sobre migração
com as comunidades
e as escolas



LIVRO DAS TENDAS

2ª EDIÇÃO
2021-2023





Portas abertas
para uma
convivência
pacífica

—p. 4

O universo
da criança em
primeiro lugar

—p. 8

Atendimento
psicossocial e
direitos humanos:
novos desafios
para os cuidados
com migrantes
e refugiados

—p. 14

Por um
acolhimento
de qualidade
às famílias
migrantes

—p. 20

Tendas de
Cidadania
em números

—p. 28

Desenho
mágico –
Tutorial
divertido

—p. 30

Editorial

ISABELLA
ROBERTA
DA SILVA,

diretora
executiva

Promover e defender os direitos e a cidadania de migrantes e refugiados é uma missão que orienta o trabalho do CDHIC desde sua fundação, em 2009. Nessa abrangente caminhada, buscamos avançar de várias formas, seja na linha de frente – caso do atendimento presencial prestado aos migrantes – seja nos bastidores – caso do advocacy para articular ações que visem à construção de uma política migratória respeitosa dos direitos humanos.

O cumprimento da nossa missão é composto também de uma série de projetos, que estamos constantemente criando e executando, a fim de estimular a autonomia e o protagonismo na construção de novos paradigmas, sempre com visão crítica e construtiva.

Dentre os projetos desenvolvidos no âmbito dessa perspectiva, apresentamos orgulhosamente o **Tendas de Cidadania**, que realiza vivências para crianças migrantes e brasileiras, com o intuito de promover uma convivência alimentada pela gentileza, pela harmonia, pelo respeito às diferenças. Nesse aprendizado, as

diferenças aparecem enquanto potência e riqueza que nos permite evoluir, e não um motivo para o estranhamento, a xenofobia, o racismo e a violência.

Na segunda etapa, executada de novembro de 2021 a fevereiro de 2023, os eixos de trabalho tiveram como objetivos principais sensibilizar as crianças, promover a formação de atores do sistema de ensino da rede pública e fortalecer os núcleos familiares.

Quando pensamos nas questões migratórias, o acolhimento e a quebra de fronteiras são fundamentais para garantir a construção de uma cultura de paz, que é o objetivo principal do **Tendas**. Para lograr tal objetivo, buscamos ao longo desses 16 meses promover o exercício democrático da convivência, garantindo a participação de diferentes atores civis no espaço urbano paulistano.

E assim, com muita diversão, arte e educação, o CDHIC cumpriu mais uma etapa nessa desafiadora e satisfatória jornada em busca de uma sociedade sem bullying e com uma cultura de paz cada vez mais fortalecida. ●

Portas abertas para uma convivência pacífica

O CDHIC, por meio do projeto Tendas de Cidadania, propicia algo que é emergencial, necessário e um dever da sociedade civil: abrir portas, derrubar muros e dar visibilidade às comunidades migrantes e suas demandas, quebrando preconceitos e lutando pelo acesso real à cidade

POR FERNANDA
PANIGUEL,
mobilizadora local
no projeto Tendas
de Cidadania

A cidade nos convida a múltiplas relações espaciais. Estas relações são marcadas por nossa história colonial e industrial. A São Paulo de muitos migrantes e de promessas se constitui como um pólo econômico e cultural expressivo, sendo atrativo e segregador, assumindo muitas dinâmicas entre corpos circulantes e corpos produtivos, a mobilidade geográfica e sua interface com a economia.

Pensar em espaços de convívio e de combate aos preconceitos e violências é extrapolar as fronteiras da desigualdade social. Neste sentido o projeto **Tendas de Cidadania** nos convida a propor novos diálogos entre corpos e espacialidades que ultrapassem as fronteiras da língua falada pelos migrantes na cidade de São Paulo.

O que se inscreve na cartografia do espaço urbano da cidade de São Paulo ao pensar as **Tendas** nos territórios Brás e Guaianases é a

necessidade de mudar as relações preestabelecidas de segregação e exclusão para o estabelecimento de relações de acolhimento e troca, de apropriação e resignificação dos espaços públicos de livre admissão; é transformar os códigos presentes na imponência dos edifícios, para abertura de portões e derrubada de muros, sobretudo os muros de preconceitos e violências.

Neste fazer não existe lugar para a xenofobia (em grego, *xenos* quer dizer visitante e *phobos*, medo). Esta é sempre fruto do desconhecimento e vem acompanhada por estereótipos e preconceitos. Por isso, buscamos equipamentos culturais públicos de relevância reconhecida nos territórios e muito pouco apropriados pelas comunidades migrantes. Foi aí que chegamos na Biblioteca Cora Coralina, prédio público construído na década de 50, utilizado como receptor de diferentes manifestações culturais em Guaianases, e sede das nossas



Tendas para as crianças migrantes e/ou descendentes que vivem na região e podem hoje acessar este equipamento conhecendo seu grandioso acervo infantil e as demais iniciativas ali sediadas, tais como peças teatrais, palestras e outras atividades culturais.

É preciso fazer, como previsto no Estatuto da Cidade de 2001, o exercício democrático da convivência, garantindo a participação de diferentes atores civis no espaço urbano. Abrir as portas dos equipamentos não só contribui para a realização do projeto, bem como gera um novo olhar às demandas presentes no território e invisibilizadas pela inserção perversa dos migrantes, recém chegados e submetidos por vezes a diferentes violações e injustiças.

Nesse aspecto, o **Projeto Tendas de Cidadania** criou subsídios para estabelecermos diálogos com diferentes atores nos territórios e possibilitou acompanhar esses migrantes em diferentes demandas com a nossa presença ali, servindo de porta de entrada para auxiliar no conhecimento acerca das leis e dos direitos, e até na assistência para a regularização migratória e seus entraves.

E pensando em como desenvolver o projeto na região do Brás, ao caminhar pelas ruas coloridas de tecidos e texturas, chegamos à avenida Rangel

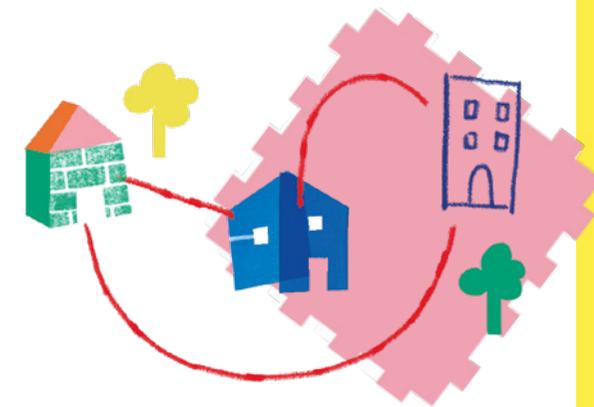
“É UMA BABEL A CÉU ABERTO, COM MÚLTIPLOS USOS DE ESPAÇO E DIFERENTES RELAÇÕES.”

Pestana, em frente à Rua do Hipódromo, onde fica o prédio que já foi Escola Normalista, já foi a Oficina de Teatro Mazzaropi, e hoje é sede de um dos principais centros de formação teatral da cidade, a SP Escola de Teatro. O prédio está sob concessão da escola há 12 anos e é um dos poucos espaços públicos preservados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (Condephaat) na cidade. Com ladrilhos e vitrais originais, é sede de cursos, oficinas e das **Tendas** nos finais de semana. Na calçada, já encontramos pessoas de diferentes etnias circulando, como malineses, congolese, bolivianos, haitianos, indianos e sírios, que disputam as calçadas para exercer seus ofícios, para batalhar seu ganha-pão, nesse território que se revela com múltiplos saberes, idiomas e religiões.

É uma Babel a céu aberto, com múltiplos usos de espaço e diferentes relações. Estarmos aqui é fonte de constantes aprendizados

e de uma mudança significativa no entendimento acerca dos corredores migratórios no Brasil, sobretudo na cidade de São Paulo. Para além dessa imersão antropológica, temos a responsabilidade de assegurar a prevalência do acesso aos direitos, na atuação para a proteção e o resguardo dessa população.

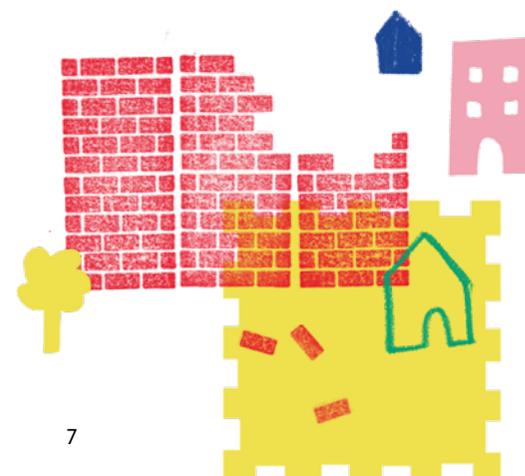
Tivemos a honra de construir uma jornada formativa nesse espaço também invisibilizado pelo não acesso da comunidade, que sequer chegava a ultrapassar a porta principal na leitura subjetiva do não reconhecimento do direito de apropriação pública cultural do local. Esse cenário foi se transformando ao longo da nossa permanência ali, tanto que hoje a escola oferece curso de teatro para crianças e adolescentes das comunidades migrantes, como também curso de português para jovens e adultos. Isso se construiu com a nossa presença e a incidência na contribuição para que a própria instituição repensasse



seu papel no território no qual está inserida, construindo uma relação mais orgânica com seu entorno, sem medos ou fantasias.

Fornecer a possibilidade de apropriação para além das relações de consumo é fomentar a cultura da participação política cidadã na consolidação dos direitos das crianças e adolescentes, independentemente de raça, cor, origem ou condição socioeconômica.

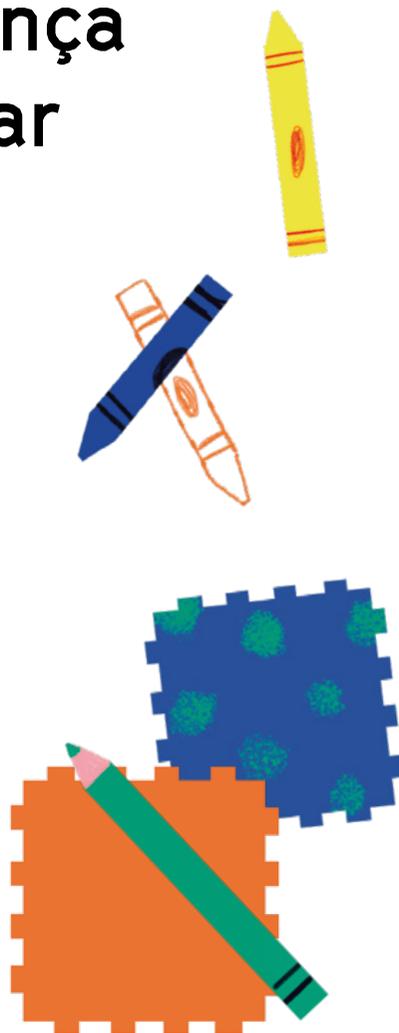
Ressalte-se que é um dever da sociedade civil garantir essas condições e contribuir para a construção de uma sociedade que valorize a diversidade e tenha a cultura de paz como prerrogativa. O CDHIC, como órgão da sociedade civil e precursor na execução de projetos norteadores para a criação de políticas públicas, nos possibilitou abrir caminhos para o que é emergencial e necessário na sociedade: trabalhar para abrir portas, derrubar muros e dar visibilidade às comunidades migrantes e suas demandas, quebrando preconceitos e lutando pelo acesso real à cidade. ●



O universo da criança em primeiro lugar

O músico uruguaio Jorge Drexler, na canção *Movimiento*, afirma que somos uma espécie em viagem e estamos vivos porque estamos em movimento. Diariamente, milhares de crianças e adolescentes cruzam fronteiras com as suas famílias em busca de melhores condições sociais, econômicas, educacionais.

O Brasil tem um histórico de migração expressivo. Em um país onde a desigualdade social, a xenofobia e o racismo são violências cotidianas, pensar em um projeto que contemple e acolha as crianças migrantes ou filhas de migrantes é mais do que um ato solidário e evidencia a urgência de ações que combatam, na linha de frente, as manifestações de intolerância. Ao considerar isso, as atividades do projeto **Tendas de Cidadania** desenvolvidas para os garotos e garotas foram traçadas para acolher esses sujeitos em construção e fomentar a cultura de paz, respeitando a



POR SUELLEN
DIAS CICCOTTI,
educadora social
do projeto **Tendas
de Cidadania**

No projeto [Tendas de Cidadania](#), a particularidade é respeitada sem o uso da comparação com outras crianças, sem exposição ou julgamento diante do que cada criança faz



diversidade e particularidades de cada um, exaltando as pluralidades de costumes e a construção de uma sociedade que busca ser mais igualitária e atenta no que tange aos direitos humanos.

Partindo das perspectivas pedagógicas dos educadores Maria Montessori e Allan da Rosa — autor de *Pedagogia, autonomia e mocambagem* (Editora Jandaíra; 1ª edição), temos duas metodologias nas quais a educação se faz a partir das trocas horizontais entre educador e educando, fundamentadas respectivamente na observação do comportamento da criança e sua cultura corporal relacionando espaço-sujeito-objeto(s). O convívio entre a população nacional e migrante é um benefício para o projeto, afinal, é na interação entre culturas distintas que os diálogos interculturais, o combate efetivo ao bullying e a promoção da cultura de paz acontecem.

O escopo das **Tendas** são datas mundiais celebradas/debatidas em diversas partes do mundo para dialogar de maneira lúdica sobre assuntos urgentes e sensíveis. Buscamos o trabalho coletivo, o engajamento das pessoas participantes e o diálogo em roda, onde notamos os ritmos de cada um, propiciamos a abertura para a confiança mútua. O adulto-referência é colocado em evidência e a construção do pensamento coletivo é tecida. É importante ressaltar que o que é proposto é conduzido sempre a partir do universo da criança. As pequenas conquistas de cada uma são evidenciadas. A particularidade é respeitada sem o uso da comparação com outras crianças e não há exposição ou julgamento diante do que cada criança faz.

Para ilustrar o que foi exposto, vou abordar **quatro atividades realizadas em 2022:**

[1]

MULHERES DO MUNDO

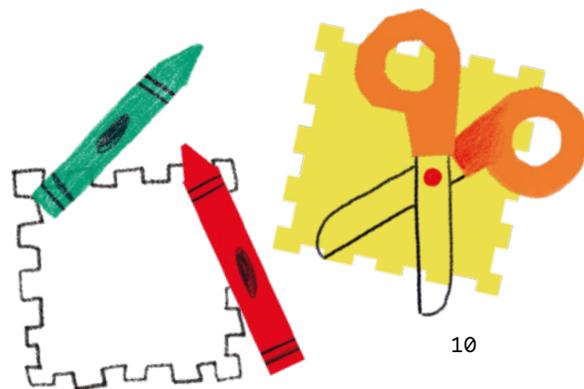
Em *Mulheres do Mundo*, em março, o intuito foi refletir a partir da escuta e exemplos das figuras relevantes de referência de cada um nos âmbitos familiar, escolar e demais atmosferas. Com o objetivo de conectar possíveis momentos desafiadores relacionados aos aspectos da migração (desenraizamento e enraizamento) e possibilidades de acessar essas figuras para ajuda e acolhimento em situações desconfortáveis/de violência, a discussão sobre gênero, interseccionalizando com o bullying, e questionamentos acerca da importância e da força das lutas das mulheres, possibilitou o reconhecimento das crianças sobre as figuras de acolhimento no ambiente familiar e escolar.

Antes da atividade prática, a educadora social e a psicóloga falaram de figuras femininas que são referências para cada uma delas e dialogam com a realidade das crianças. Em um mapa, foi localizada a região de origem dessas mulheres e sinalizado que há mulheres que lutam por direitos no mundo inteiro.

A confecção de um livro ilustrado com narrativas fictícias foi proposta para as crianças. Revistas, jornais, tesouras sem ponta, colas,

canetinhas e lápis de colorir ficaram disponíveis para colagens e escritas em livros previamente confeccionados, contendo duas capas de papelão, amarrados com fitilho colorido e com o miolo de sulfite e papel de saquinho de pipoca, em formato A5. Algumas crianças preferiram utilizar a tesoura, outras as mãos para rasgar o papel, e algumas preferiram se apoiar na escrita.

A elaboração do livro respeitou a expressão particular e única de cada criança que embarcou na proposta. Todas criaram histórias interessantes. Algumas não terminaram a atividade no tempo estipulado, mas como todas levaram os livros para a casa, na **Tenda** do mês seguinte algumas relataram que continuaram o livro. Outras relataram que escreveriam mais livros como aquele. Nessa **Tenda**, sob a ótica da diversidade e do respeito permitidos pela pluralidade linguística, tivemos interações positivas entre português brasileiro, crioulo e francês, tanto pela iniciativa por parte das crianças brasileiras quanto pelas haitianas.



10



11

[2]

SAÚDE BIOPSIKOSSOCIAL - CELEBRANDO O DIA MUNDIAL DA SAÚDE

A temática foi elaborada a partir da perspectiva biopsicossocial, que contempla a contextualização biológica, a história de vida e o contexto social de cada indivíduo (migração). Para a sensibilização, usamos o estudo do fotógrafo e escritor Masaru Emoto sobre as alterações das moléculas de água a partir do contato com palavras carinhosas e ofensivas, músicas calmas e agitadas. Para a ludicidade da atividade, moléculas de água impressas e plastificadas passaram de mão em mão. As músicas foram ouvidas e uma brincadeira de adivinhação e associação, relacionando as formas das moléculas às músicas ouvidas, auxiliou na reflexão para as crianças fazerem, em grupo, um corpo desenhado no papel kraft e “regado” com gotas que simbolizaram água e traziam palavras ou frases afetuosas para os corpos. No final da atividade, elas apresentavam o desenho, chamado de “corpo planta”, para que todos pudessem conhecê-lo e saber o que cada gota continha.

[3]

O MEIO AMBIENTE É A NOSSA CASA

No mês de junho, o meio ambiente foi abordado a partir da perspectiva indígena brasileira, sob o tema *O Meio Ambiente é a Nossa Casa*. Foi feita uma contação de história sobre o surgimento dos rios — mitologia do povo Krenak — com uma cobra sonora de tecidos coloridos e texturizados. Apoiada em mapas fluviais de São Paulo nas regiões de Guaianases e do Brás, bairros onde as **Tendas** são realizadas, foi destacada a quantidade de rios submersos na cidade. Houve uma sessão de cinema com duas animações em curta-metragem e foi trabalhada a absorção dos conhecimentos ancestrais e a valorização deles, o resgate para o contemporâneo das sabedorias familiares em diálogo com o conhecimento científico. Dessa maneira, as crianças puderam ampliar o repertório de conhecimento e alimentar a autoestima a partir das histórias escutadas e dos conhecimentos interculturais absorvidos.

[4]

FOLCLORE NO BRASIL

Para uma pessoa recém-chegada a um país ainda desconhecido, é importante se aproximar das tradições festivas, das histórias populares e dos mitos culturais. Por isso o tema da **Tenda** de agosto foi *Folclore no Brasil*. Brincadeiras infantis que transpassam gerações na nossa sociedade foram apresentadas e desenvolvidas com as crianças, como Cabo de Guerra e Corrida de Saci, além de brincadeiras indígenas, como Arranca Mandioca, Briga de Galo e a confecção de petecas, seguida de um jogo com as petecas feitas pelos participantes em uma grande roda. A inserção cultural a partir de histórias e brincadeiras tradicionais é uma maneira de acolhimento e interação acerca do conhecimento de um povo. Essa atividade possibilitou que algumas crianças trouxessem brincadeiras comuns na infância de seus pais e avós, realizadas no ambiente doméstico. Os trabalhos desenvolvidos nas **Tendas**, tanto nos temas apresentados aqui quanto nos demais, seguiram a linha *contracolonial* e garantiram os espaços das múltiplas infâncias e o direito de brincar, conhecer e compartilhar. ●



Atendimento psicossocial e direitos humanos:

novos desafios para os cuidados com migrantes e refugiados

As nuances e cuidados no atendimento psicológico do projeto Tendas de Cidadania oferece aos sujeitos atendidos uma possibilidade de melhor movimentação no laço social, direcionando para a emancipação sob a luz dos direitos humanos

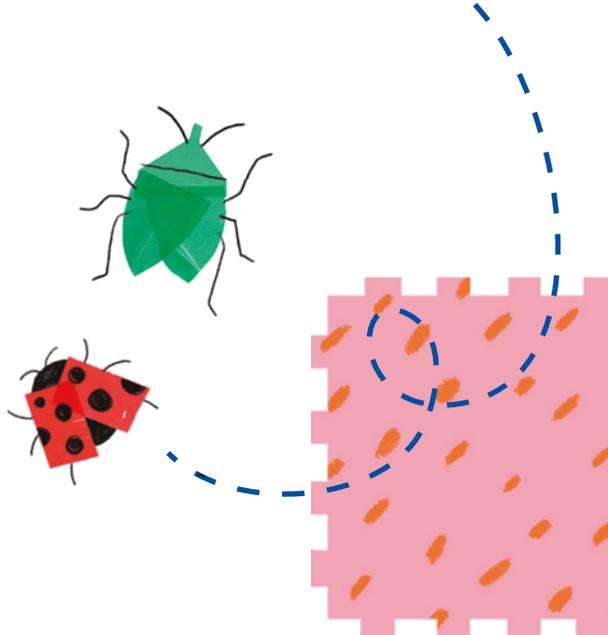
POR LARISSA FERREIRA,
psicóloga que realiza acompanhamento psicossocial no projeto Tendas de Cidadania



O atendimento psicossocial da segunda edição do projeto **Tendas de Cidadania**, realizado nos bairros Brás e Guaianases, na capital paulista, é direcionado a famílias com crianças que vivenciam algum impasse subjetivo que compromete seu desenvolvimento. Quando esse impasse era identificado e levado ao conhecimento da equipe, era oferecido um acompanhamento com a psicóloga do projeto, a fim de auxiliar os responsáveis na construção de meios para mitigar a dificuldade vivida.

O fluxo de identificação e encaminhamento dessas crianças passava pelos profissionais do projeto, por uma associação de migrantes ou pelo efeito “bola de neve”, no qual uma família indica a outra, após se beneficiar do trabalho.

Quando a criança e sua família se enquadravam no perfil atendido pelo projeto, num primeiro momento, a psicóloga entrava em contato, fazia

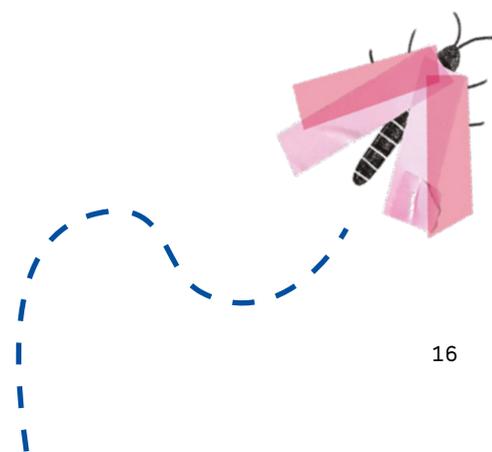


uma exposição prévia do trabalho e explicava por que os encontros são realizados na residência. Em seguida, era marcada a primeira sessão, na qual havia uma apresentação do CDHIC e da natureza do acompanhamento psicossocial, com o objetivo de solucionar possíveis dúvidas e averiguar se os participantes haviam compreendido a proposta e se estavam de acordo.

Nas sessões subsequentes, foi utilizado um questionário adaptado para o contexto da imigração, com perguntas abertas e fechadas com o objetivo de mapear as necessidades da família, sua dinâmica e o que gostariam de trabalhar enquanto grupo. Segundo a Secretaria Especial da Assistência Social, do governo federal, a família deve ser compreendida como:



**“TRABALHAR
COM FAMÍLIAS
REQUER UM OLHAR
DIRECIONADO A
TODOS OS SEUS
COMPONENTES”**



“... independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. Caracteriza-se como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, sendo a família a base fundamental no âmbito da proteção social” (2015).

Levando-se em consideração a indicação acima, trabalhar com famílias requer um olhar direcionado a todos os seus componentes admitindo as suas necessidades, objetivos, a autenticidade de sua dinâmica e os desdobramentos dessa relação grupal no mundo (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

A partir dos encontros semanais, foi possível conhecer os integrantes das famílias e como as suas necessidades e dificuldades, somadas às questões subjetivas, orientavam suas movimentações dentro do laço social. Isso posto, observamos que algumas questões de ordem material, como regularização migratória, litígio, acesso às políticas da assistência social, eram os principais marcadores para o processo de vulnerabilização das famílias, endossando a dificuldade de uma mudança subjetiva para responder às dificuldades dos filhos.

Como ilustração, podemos observar que nos casos atendidos de mães solo vivenciando ciclo de violência doméstica, ou em processo de rompimento recente desse ciclo,



o principal mobilizador na busca por um acompanhamento psicológico era o visível declínio do rendimento escolar dos filhos ou mudança de comportamento.

Foi passível de observação que, conforme eram ouvidas relatando as cenas de violência causadas por ex-parceiros, essas mulheres percebiam os desdobramentos disso, nelas e em quem estava ao redor. Conforme se sentiam amparadas, conseguiam se movimentar, de modo a reivindicar os seus direitos, o que reverberava na relação entre mãe e filho/filha.

Como forma de fazer essa mediação, a profissional da psicologia contou com a ajuda de uma equipe multidisciplinar para os entraves vividos pela regularização migratória e orientação jurídica. Nos casos em que perdurou o sofrimento psíquico, contamos com a articulação com os equipamentos especializados no território para um acompanhamento contínuo.

Assumimos essas condutas com uma escuta qualificada e uma pos-

tura ativa. Em alguns momentos, nos casos mais complexos, foi necessário articular cuidados mais duradouros, dialogando com outros atores sociais da rede de atenção psicossocial formada, visto que o acompanhamento no projeto era de 12 semanas.

O trabalho realizado pela saúde mental tomou essa configuração por encontrar eco dentro do referencial do acompanhamento psicossocial que, nas palavras de Costa-Rosa; Luzio; Yasui, 2003 (p. 32) assume:

“No campo teórico-assistencial tem se operado, antes de tudo, a desconstrução de conceitos e práticas sustentadas pela psiquiatria e pela psicologia nas suas visões acerca da doença mental. Em contrapartida, tem-se construído noções e conceitos como ‘existência-sofrimento’ do sujeito na sua relação com o corpo social, paradigma estético, acolhimento, cuidado, emancipação e contratualidade social.”

Ao tomarmos como referência esse paradigma que contempla a relação da pessoa atendida com suas

questões e sofrimentos articulados no laço social, abrimos brechas, por meio de uma escuta analítica, para um novo endereçamento do impasse (re)vivido pelo sujeito (Costa-Rosa; Luzio; Yasui, 2003; Quinet, 2012).

Partir do pressuposto de que as famílias por nós atendidas fazem parte de uma trama complexa de intersecções, que assumem modulações na sua dinâmica de acordo com as questões de cultura, língua, religião, gênero, raça, classe, desejos e dificuldades, nos convidou a fazer a aposta no uso do paradigma da Atenção Psicossocial.

Este arcabouço teórico se ampara na escuta de um ponto de vista respeitoso à alteridade e seus mecanismos de subjetivação, mas sem perder de vista a dimensão sociopolítica do sofrimento psíquico. Efetuar o atendimento psicológico a partir de todas essas nuances proporciona aos sujeitos uma melhora dos quadros de sofrimento e também uma possibilidade de vislumbrar melhores versões para si no ato de ser/estar no mundo e nas relações. ●

BIBLIOGRAFIA

COSTA-ROSA A, LUZIO CA, YASUI S. *Atenção psicossocial: rumo a um novo paradigma na Saúde Coletiva*. In: Amarante P (org.) *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003. p.13-44.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas sobre o PAIF- 2012*. Brasília, p.104.

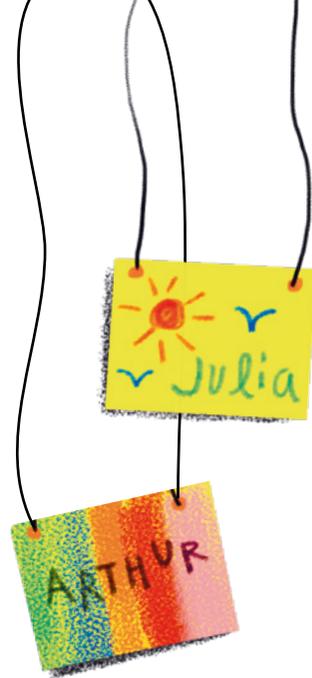
QUINET, A. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.81.

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif#:~:texto%20PAIF%20%C3%A9%20o%20principal,a%20rede%20de%20servi%C3%A7os%20socioassistenciais>.

Por um acolhimento de qualidade às famílias migrantes

Conheça as perspectivas e a lógica dos atendimentos no Espaço Migrantes, a partir do princípio legal de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e das intersecções que ocorrem na regularização migratória

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em conjunto com as previsões da Constituição Federal de 1988, estabelece que crianças e adolescentes são titulares dos direitos previstos em ambos instrumentos, com fulcro no artigo 100, parágrafo único, inciso I, do ECA¹. Ademais, possuem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento, conforme artigo 15 do ECA².

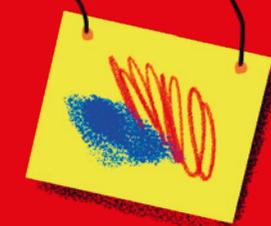


ANDRESSA CARVALHO CASTELLI é psicóloga do Espaço Migrantes do CDHC

BRENDA EVELYN MORA GONZALES é assessora de Regularização Migratória do Espaço Migrantes do CDHC

RAQUEL JEVARAUSKAS SOARES MUNIZ é coordenadora e assistente social do Espaço Migrantes do CDHC

LARISSA KRÖNER BRESCIANI TEIXEIRA é assessora jurídica do Espaço Migrantes do CDHC



Assim, crianças e adolescentes são capazes de exercer direitos em nome próprio. Antes do ECA, eram considerados incapazes e qualquer direito era exercido por quem detinha o poder familiar.

Existem algumas limitações legais para a capacidade processual³ em nome próprio, assim como para a capacidade de participar ativamente de processos administrativos e de regularização migratória, conforme será apresentado a seguir.

Para a regularização migratória de menores perante a Polícia Federal, todas as declarações devem ser preenchidas pelos representantes legais, bem como assinadas por estes. Os representantes devem autorizar, via declaração, a regularização do menor para que seja emitida a sua Carteira de Registro Nacional Migratória (CRNM). Nos casos de menores desacompanhados, ou seja, sem representantes legais no Brasil, a regularização migratória deve ser feita com auxílio da Defensoria Pública da União (DPU).

No atendimento do Espaço Migrantes, programa do Centro de Direitos Humanos e Cidadania

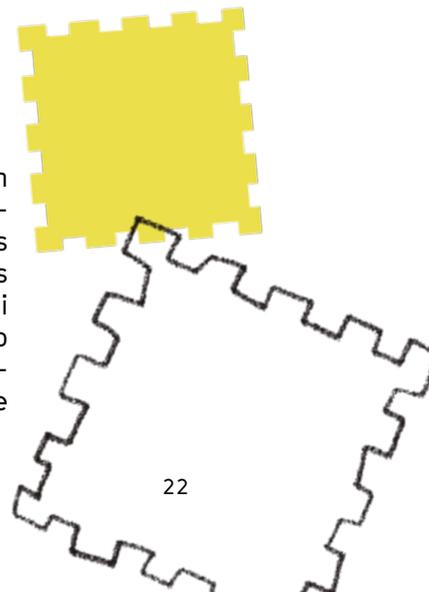


do Imigrante (CDHIC), recebemos diariamente demandas que envolvem o exercício pleno da cidadania de crianças e adolescentes no Brasil.

No âmbito da documentação, muitos têm interesse na possibilidade de naturalização provisória, que é um direito para quem mora no Brasil durante os primeiros 10 anos de vida, estabelecido definitivamente no território nacional. A naturalização torna o migrante um brasileiro naturalizado, em pé de igualdade com brasileiros natos em relação aos seus direitos e deveres estabelecidos na Constituição Federal.

As demandas que envolvem a infância se interligam e entrelaçam em todos os serviços

1. Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência; I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal.



2. Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

3. Capacidade de a pessoa ser parte (autora ou ré) e estar em juízo.



oferecidos pelo Espaço Migrantes. No âmbito do atendimento psicológico, observamos que ainda temos muitos desafios no processo de garantia à vivência da infância por parte das crianças migrantes, o que reforça a importância da contínua insistência por direitos e políticas que ofereçam amparo e reconhecimento às vicissitudes da infância migratória, assim como um trabalho e condições de vida dignificantes para suas famílias.

Por um lado, as condições de vulnerabilidade social constituem uma ameaça à vivência de uma temporalidade lúdica, já que as crianças são expostas precocemente às insígnias do mundo adulto, como a necessidade de colaboração com o trabalho de seus cuidadores, em ambientes domésticos que tantas vezes se confundem com oficinas e pequenas fábricas.

Por outro, a educação escolar tampouco parece capaz de preservar as condições necessárias para a inclusão dessas crianças, tendo

em vista que muitos são os relatos de bullying e “xenoracismo”, algo que não passa sem efeitos psíquicos importantes na construção da percepção e do afeto infantis, marcando posições no laço social de inibição, vergonha, autodepreciação, ressentimento, dentre outros sintomas que testemunham os efeitos da violência.

Assim, as indiferenciações entre espaço doméstico e espaço laboral no ambiente de convívio dessas crianças, o pouco repertório e espaço físico para apropriarem-se de si e do ambiente, somado a um contexto escolar que parece ainda não ter avançado o suficiente para uma sensibilização à inclusão de práticas culturalmente situadas de ensino e cuidados, gera um circuito que potencializa o adoecimento psíquico das crianças e das famílias migrantes.

A garantia de direitos, o amparo e o reconhecimento a essas famílias não pode se pautar em uma lógica burguesa e criminalizante das possibilidades e condições às quais os sujeitos estão submetidos e daquelas que lhes foram possíveis, dado o contexto de vulnerabilidades.

No oferecimento e contínuo aperfeiçoamento do nosso atendimento multidisciplinar, fica claro que as saídas encontradas por essas famílias, que tantas vezes podem nos parecer equívocas e distantes do horizonte da adequação legalista, devem ser compreendidas e analisadas, antes de julgadas. Para que em conjunto com elas possamos traçar outras estratégias e horizontes, sempre levando em consideração seus valores e crenças na negociação de práticas interculturalmente situadas.

Vale lembrar que a exposição das crianças a uma linguagem mecanizada, fixada e repetitiva, própria desses contextos doméstico-laborais,



em situações de trabalho precarizado próprias do mundo capitalista, torna-se insalubre não só para as próprias crianças mas produz adoecimentos físicos, sociais e psíquicos também para as famílias.

Muitas vezes, a indistinção presente nesses ambientes doméstico-laborais se sobrepõe a uma confusão anterior, própria da redefinição de papéis familiares diante da migração e do novo georreferenciamento social e afetivo, onde se intercambiam as novas e antigas coordenadas simbólicas. A vivência de tais instabilidades e indefinições no ambiente pode se refletir marcando posições fixadas ou desenraizadas no contexto familiar, onde muitas vezes a criança opera com o encargo de ser tradutora e responsável pela futura prosperidade da sua família, ou mesmo encontra-se na errância de estar entre duas culturas, acabando por se identificar mais com a cultura do país de acolhida e sendo reconhecida como “traidora” dos valores culturais familiares.



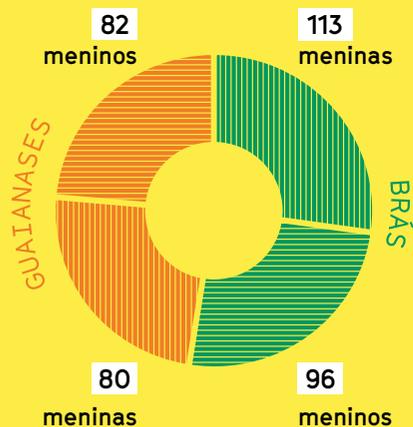
No que tange à atuação de profissionais do Serviço Social, não só da organização em questão, é reconhecido que o primeiro passo para definir o direito assistencial é reconhecer que migrantes são sujeitos de direitos, com direitos e proteções asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro, quanto no plano internacional.

Com base nessas complexidades, o Espaço Migrantes e o **Projeto Tendas** se articulam buscando realizar um atendimento integrado e multidisciplinar que oferece, por meio de diferentes dispositivos de cuidado, a possibilidade de manejar com as demandas de diferentes âmbitos da vida desses sujeitos. Contemplam desde a regularização migratória, serviço social, assessoria jurídica, apoio psicológico, até intervenções com equipamentos territoriais realizadas com profissionais das redes de saúde e educação, sensibilizando-os e capacitando-os para um acolhimento de qualidade às famílias migrantes. ●

Tendas de Cidadania em números

Estatísticas sobre a segunda fase do projeto nos dois territórios de atuação, Brás e Guaianases

371
 CRIANÇAS ATENDIDAS no total

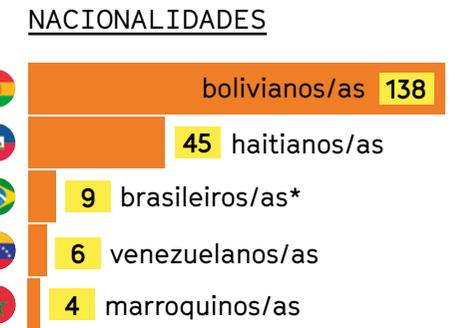
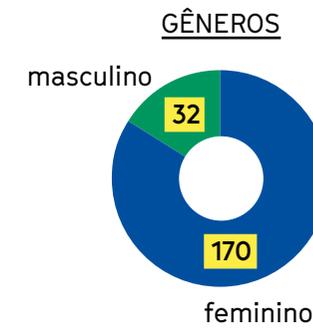


6
 INSTITUIÇÕES DE ENSINO ARTICULADAS / 150% da meta

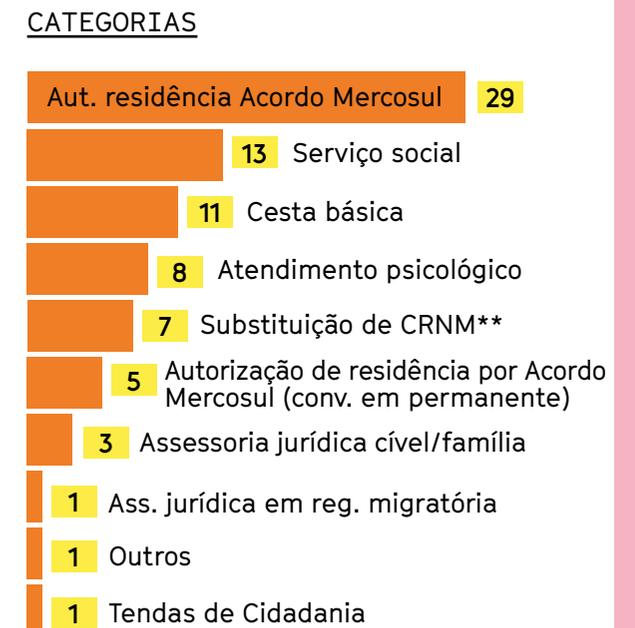
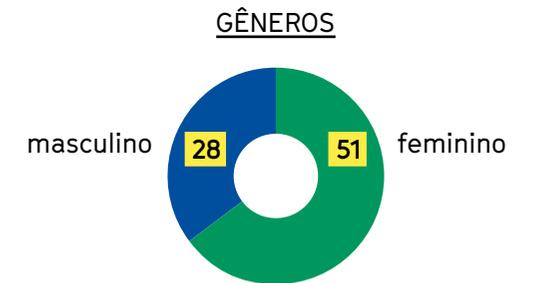
109
 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SENSIBILIZADOS / 272% da meta

9
 NACIONALIDADES ATENDIDAS no total

202
 ATENDIMENTOS PSICOSSOCIAIS



79
 ATENDIMENTOS DO TENDAS NO ESPAÇO MIGRANTES



*Crianças nascidas no Brasil, filhas de migrantes
 **CRNM: Carteira de Registro Nacional Migratório



Desenho mágico

→ *Tutorial divertido*

Já imaginou fazer um desenho com cores escondidas, que são reveladas como mágica por riscos traçados pela imaginação? Essa atividade foi desenvolvida no projeto Tendas de Cidadania, e é simples de fazer em casa, em sala de aula ou em um espaço aberto

DURAÇÃO

30 a 40 min
(ou mais, a depender do tempo de cada criança)

MATERIAIS

- giz de cera colorido
- papéis cortados em quadrados ou formas variadas (gramatura acima de 90 g/m²)
- tinta nanquim preta
- pincel
- palito de churrasco, de dente, de jogo “pega varetas” ou objeto pontiagudo que não ofereça perigo às crianças
- recipiente para nanquim



1

Com o giz de cera, use quantas cores quiser para pintar o seu papel inteiro. É importante que todos os espaços sejam preenchidos com uma pintura vigorosa e homogênea. Quanto mais colorido, mais bonita ficará a mágica.

Quem nunca desenhou com os dedos na areia ou com um pedaço de tijolo para marcar a amarelinha? Quem nunca rabiscou figuras aleatórias em um bloco de anotações durante uma conversa ou reunião? Desenhar é um movimento cativante. Em um papel ou qualquer outra superfície, um mundo pode ser criado pelas mãos.



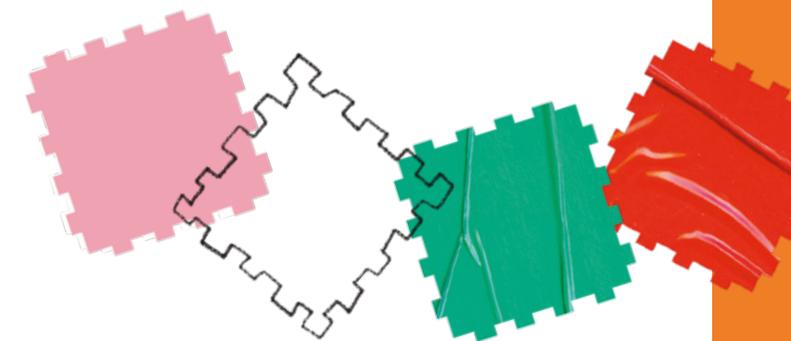
2

Coloque o nanquim preto em um recipiente, em quantidade suficiente para embeber o pincel (pode ser um copinho de café). Molhe a ponta do pincel e passe por cima do papel colorido pelo giz. Deixe a tinta do nanquim cobrir tudo. Se necessário, passe mais de uma vez no mesmo local. Deixe secar por uns 10 ou 15 minutos.



3

Depois que o papel estiver completamente coberto pelo nanquim e seco, pegue um palito de churrasco e inicie o seu desenho. Risque as linhas no papel e, em um passe de mágica, as cores serão reveladas. Pode fazer o que quiser: uma estrela, um sol, uma paisagem, um unicórnio... aí fica por conta da imaginação. Só tome cuidado para não rasgar o papel.



Gostou da ideia do Desenho Mágico? Chame a família toda e os amigos para fazer essa atividade. Depois, você pode enquadrar os desenhos, colar na parede, colocar em um porta-retratos ou guardar como relíquia de um lindo momento de criação com as crianças. ●

**CDHIC – CENTRO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA DO IMIGRANTE**

DIRETORIA

Paulo Illes, diretor-presidente

Isabella Roberta da Silva, diretora-executiva

CONSELHO FISCAL

Luciane Udovic, Luiz Bassegio,

Manuela Maculet

EQUIPE

Andressa Castelli, Brenda Evelyn Mora
Gonzales, Carla Mustafa, Eliana Balbino
de Araújo, Federico Marti da Rosa Fornazieri,
Fernanda Paniguel Teixeira, Giovanna
Vidal Barreto, Jéssica de Oliveira Queiroz,
Josenildo Galdino, Julio Adamor, Larissa
Ferreira de Abreu Pereira, Larissa Teixeira,
Leandra Perpétuo, Patricia La Rosa
e Raquel Jeverauskas

ESTAGIÁRIOS

Camila Galdino da Silva, Gabriela Laurindo
de Souza, Jesus Leonardo Córdoba Meano,
Lucas Moreira de Souza, Maria Fernanda
Lima, Mariana Reis Vieira, Thamires Pereira
Santos Ferreira, Victória Aparecida Correia
Juarez Silva, Vítor Azevedo Michel

LIVRO DAS TENDAS
2ª edição (2021-2023)

EDIÇÃO

CDHIC

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Estúdio Voador, com ilustrações de Bruna Martins

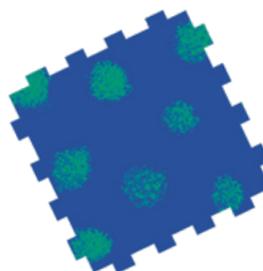
AGRADECIMENTOS

- Centro de Atenção Psicossocial Infantil de Guaianases
- Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil de Cidade Tiradentes
- Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil da Mooca
- Grupo Veredas Psicanálise e Imigração
- Visão Mundial – Projeto Veni, Tú Puedes!
- Centro do Imigrante
- GT Imigrantes e Refúgio da Secretaria Municipal de Saúde e todas as entidades envolvidas
- Departamento de Psiquiatria da FMUSP – Programa de Psiquiatria Social e Cultural (Prosol)
- Caritas Brasileira
- Unidade Básica de Saúde Jardim Bandeirantes
- Diretoria de Ensino Região Leste 5
- Casa do Adolescente de Pinheiros – Projeto Roda de Leitura e Roda de Conversa Sobre Saúde e Sexualidade

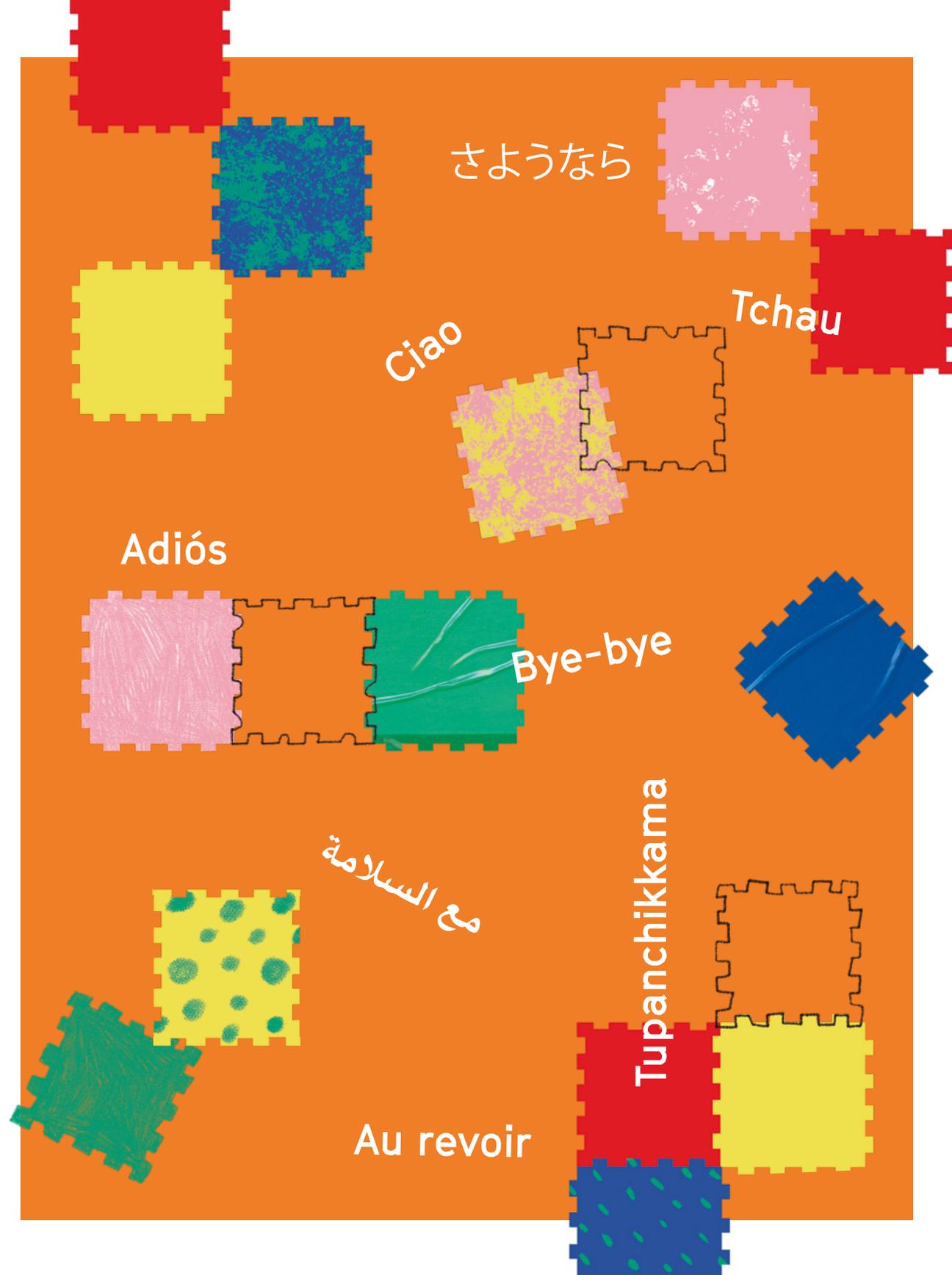
Projeto

Realização

Apoio



CDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
Rua Luís Ferreira, 142, Maranhão/Tatuapé, São Paulo-SP • CEP 03072-020 • CNPJ 11.233.851/0001-09
Facebook: @cdhic.migrante • **Instagram:** @cdhic_migrante • **LinkedIn:** @cdhic
Site: www.cdhic.org.br • **E-mail:** secretaria@cdhic.org.br



O que acontece quando promovemos, articulamos e apoiamos ações que respeitam os direitos humanos das crianças e jovens migrantes na cidade de São Paulo?

Por meio da arte e da educação, as atividades do projeto Tendas de Cidadania sensibilizam e convidam para essa reflexão.

